

Cármem Lúcia e Raquel Dodge defendem igualdade de direitos e de dignidade entre homem e mulher

Presidente do STF e procuradora-geral participaram nesta segunda (20) de evento sobre promoção da mulher na sociedade e no Estado. Rosa Weber destacou importância do voto das mulheres.

[\(G1, 20/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Chefes do Judiciário e do Ministério Público no país, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defenderam nesta segunda-feira (20) a igualdade efetiva das mulheres em relação aos homens na sociedade, durante seminário realizado nesta segunda na sede da Suprema Corte para discutir o tema.

Em seus discursos, as duas também alertaram para o quadro de violência contra as mulheres, especificamente no Brasil. Repetiram em discursos que é preciso garantir a elas não só a igualdade em direitos, mas também em dignidade.

“Se somos maioria da população, é estranho que não sejamos nós respeitadas naquilo que há de mais central no direito, que é o respeito à dignidade humana. O direito de sermos iguais na nossa dignidade e diferentes na nossa individualidade”, disse a ministra, após mencionar casos recentes de feminicídio no país.

No evento também discursaram as presidentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz; a advogada-geral da União, Grace Mendonça; e a procuradora-geral da Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado. Todas chamaram a atenção para as dificuldades de ascensão da mulher na carreira pública.

Citando a história bíblica de Adão e Eva, a ministra brincou, afirmando que se o que se diz é que a mulher “foi capaz de virar o mundo de cabeça para baixo, nós seguramente juntas vamos fazer o mundo voltar de cabeça para cima, porque para baixo ele esteve até hoje”.

Raquel Dodge, por sua vez, disse que a dignidade requer não só a proteção contra o abuso, mas também a possibilidade de as mulheres alcançarem seus sonhos e objetivos na sociedade.

“A pauta das mulheres é de plena dignidade, de sermos senhoras de nossos destinos, protagonistas de nossa história. De sermos o que podemos ser, pelas lutas e esforços”, afirmou a procuradora-geral.

“Queremos participar. As decisões nacionais e mundiais afetam diretamente a vida e os direitos das mulheres, de modo que é natural que participemos da tomada de decisões em todos os níveis. Queremos agregar nossa visão de mundo, nosso modo de resolver as coisas, nossas prioridades pessoais. Fazer tudo isso junto com os homens, porque somos seres humanos iguais em dignidade e em direitos”, completou depois.

Mulheres na política

Também presente no evento, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, chamou a atenção para a disparidade entre os gêneros na representação política. Citando os últimos dados da Corte eleitoral com os números de pedidos de candidaturas para as eleições deste ano, ela disse que o voto feminino, majoritário no país, é fundamental para mudar o quadro.

Dos mais de 27 mil pedidos de registro, somente 8,5 mil são de candidatas (30,7%), pouco mais do mínimo exigido em lei. No país, destacou Rosa Weber, do total de 147,3 milhões de eleitores aptos a votar, 73,3 milhões (52,5%) são mulheres. Atualmente, na Câmara dos Deputados, mulheres são menos de 10%, e, no Senado, 18%, pontuou a presidente do TSE.

“Façamos, mulheres, ao exercer todas nós esse direito essencial da cidadania que é voto, a diferença para um fortalecimento para o estado democrático de direito, conquista diária e permanente de todos nós, com a consciência de

que em nossas mãos, mulheres, está o destino do país, com a construção de sociedade que todas queremos igualitária, justa e inclusiva”, conclamou a ministra, ao final de sua fala.

No seminário, ainda participam mulheres de destaque no mundo executivo e na classe artística: a presidente da Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano; a presidente da Goldman Sachs, Maria Silvia Bastos Marques; a presidente da Rede Sarah de Hospitais, Lucia Braga; a primeira-secretária da Academia Brasileira de Letras, Ana Maria Machado; a cantora Alcione; e a sócia-fundadora da Betânia Tanure Associados, Betânia Tanure.

Renan Ramalho

Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial faz reuniões com a ONU no Brasil

A Década Internacional de Afrodescendentes da ONU foi o tema principal das reuniões do Fórum Permanente pela Promoção da Igualdade Racial (FOPIR) com o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Encontros ocorreram em 11 de maio, em Brasília. Organismo apresentou aos dirigentes das agências da ONU as atividades dessa recém-criada coalizão da sociedade civil, que foi estabelecida em novembro do ano passado para combater o racismo e o sexismo.

[\(Nações Unidas, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O FOPIR também se reuniu com o Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas, liderado pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman. Durante o encontro, a diretora lembrou a inclusão dos direitos das mulheres negras no último documento da 61ª Sessão da

Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), realizada em março deste ano. Segundo Nadine, a menção foi um resultado da participação de brasileiras negras no fórum intergovernamental.

“A declaração final da CSW reitera a responsabilidade de os Estados-membros da ONU desenvolverem políticas para as mulheres com recorte racial, incluindo o empoderamento econômico das mulheres negras, além da janela de oportunidade que a Década Internacional de Afrodescendentes traz para os esforços políticos para a eliminação do racismo e da discriminação racial”, considerou a representante da ONU Mulheres.



Integrantes do FOPIR com parte do Grupo Assessor de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil. Foto: UNFPA/Ana Cunha

Maria Aparecida Bento, do FOPIR, pediu alertou os desafios que ainda impedem o acesso pleno da população negra a empregos e capacitação. “É preciso abrir o mercado de trabalho para as mulheres negras, que estão se qualificando e encontram um mercado de trabalho ainda fechado. Nesse sentido, queremos saber como os Princípios de Empoderamento das

Mulheres estão incorporando a dimensão racial”, questionou.

“Sobre a juventude negra, vimos melhoria nos indicadores na área de educação. Contudo, maior evasão e desempenho mais baixo são variáveis que não mudaram nos últimos 15 anos”, acrescentou.

ONU à disposição para ajudar governo brasileiro

Durante o encontro, a gerente de programas da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, salientou o Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, estratégia que foi desenvolvida com o governo brasileiro e que tem como eixos transversais o enfrentamento ao machismo e ao racismo.

Segundo a especialista, um dos focos prioritários do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU no Brasil é fornecer assistência técnica para garantir que o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo país incorpore a perspectiva racial.

Desigualdades

O FOPIR é uma coalização de organizações antirracistas que tem como propósito promover um debate amplo e democrático pelo fim do racismo e do machismo. A defesa de políticas voltadas para a igualdade de gênero e racial também é uma das pautas do movimento. Um dos focos do Fórum são os problemas enfrentados pela juventude e pelas mulheres negras.

Em dezembro de 2016, logo após ter sido lançada, o FOPIR teve uma audiência na Casa da ONU, em Brasília. Durante a reunião, entregou o documento Análise de Conjuntura do Estado brasileiro e as desigualdades sociorraciais no século XXI.

Conheça os integrantes do FOPIR: <http://fopir.org.br/participantes>.

“A igualdade da mulher no trabalho pode gerar 27,2 trilhões de reais em lucros”

Monique Morrow, diretora da Cisco e uma das vozes femininas mais relevantes em tecnologia, acredita que as empresas têm de apostar no humanismo

[\(El País, 31/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Monique Morrow fala sussurando. O lugar, uma sala multicultural do Artic 15 -evento dedicado aos empreendedores tecnológicos do norte da Europa, realizado em Helsinque-, onde se escuta uma babel de línguas unidas pelos uns e zeros da programação. É este lugar o escolhido pela CTO (executiva de tecnologia) da New Frontiers, a área de desenvolvimento e engenharia do gigante tecnológico Cisco, para a entrevista. Perguntas e respostas sobre o papel da mulher na tecnologia, a globalização, as equipes multidisciplinares, o poder do *big data* ou o estresse no trabalho voam em voz baixa. A diretora deixará a empresa em fevereiro, depois de 12 anos. É uma das vozes femininas mais relevantes no mundo tecnológico e a editora do livro *The Internet of Women*, que ilustra a mudança cultural que a contribuição das mulheres traz à inovação.

Pergunta. A senhora não fala de feminismo, de paridade entre o homem e a mulher. Fala de neutralidade. Por quê?

Resposta. Há um lado feminino em você. Como há um lado masculino em mim. O que eu peço é a neutralidade. Temos, na realidade, todos os traços de caráter dentro de cada ser humano em proporções distintas. O desafio que é preciso enfrentar é se dar conta de que, no final das contas, a única coisa que importa é a inclusão. Seja um homem, uma mulher, uma pessoa negra, que você tenha uma orientação sexual minoritária ou sofra de síndrome de Asperger. É preciso contar com você. Acho que nos restam duas gerações para superar este problema. Mas, por outro lado, eu me pergunto: “Estamos

no século XXI. Como pode ser que ao pensar nisto calculemos que ainda é preciso esperar duas gerações?”. Todos os estudos apontam que a inclusão gera lucros empresariais. Calcula-se que a igualdade da mulher no mercado de trabalho poderia produzir mais de 8 trilhões de euros (27,2 trilhões de reais) de lucro mundial.

P. E como se pode conseguir reverter a tendência?

R. Realmente não acho que seja uma questão de esperar essas duas gerações. É preciso tornar isso um imperativo na empresa. Nós, CTOs, temos que nos erguer e obrigar que a inclusão seja adotada. E isto é parte de uma mudança geral de filosofia que é preciso executar nas empresas. O que e de que forma premiamos? Por exemplo, atualmente não se premia a colaboração. A realidade é que somos recompensados por ficarmos trabalhando toda a noite, sem dormir, mais que por qualquer outra coisa. Por estarmos disponíveis 24 horas para as emergências, que se tornam mais e mais comuns.

Por isso considero que temos de premiar outro tipo de comportamento nos funcionários. Criar uma espécie de divisa social. Pode-se discutir a natureza desse prêmio, se deve ser um *plus* econômico ou outro tipo de vantagem. Mas a chave é premiar o comportamento que desejamos adotar em um negócio. Por exemplo, se alguém tira férias, você o recompensa. Se não responde a e-mails no fim de semana, você recompensa. No Vale do Silício a situação é terrível. As vezes tentam fazer esforços inúteis de declarar “O dia de não ler e-mails”, mas de pouco adiantam.

P. Mas isto é falar em eliminar o *crunch* [palavra do jargão tecnológico para denominar os períodos de tempo em que os empregados de uma empresa fazem uma enorme quantidade de horas extras].

R. Nem os homens nem as mulheres gostam do *crunch*. Todos estamos cansados. Isto passa pela cultura competitiva. Mas é possível ser competitivo e se preocupar com o ser humano que você tem diante de si. Porque às vezes nos esquecemos de que as pessoas que trabalham conosco são seres humanos. Ao colocar as pessoas para fazerem *crunch*, e obrigá-las a assumir um sem-número de tarefas que determinam a que devem dedicar suas horas,

minutos, segundos, você as desgasta aos poucos. Você as desgasta muito rápido. E isto passa, e aqui fala meu lado filosófico, porque a tecnologia tem duas caras. Por um lado, permite desenvolver novas capacidades, mas, por outro, ela as tira de nós.

Voltando à mulher, falamos de 51% do planeta. E nos deparamos com mulheres que são perseguidas, como ocorre na Nigéria, se tentam ter acesso à educação. Em setembro de 2015 as Nações Unidas aprovaram 17 metas para o desenvolvimento sustentável do mundo. A primeira é acabar com a pobreza. A quinta, acabar com a desigualdade de gênero. Há uma grande correlação entre as duas. Por exemplo, quando adotamos iniciativas para fazer com que as mulheres estudem tecnologia e ciência, nos damos conta de que chegamos tarde. De que os problemas começam muito antes.

P. Em que sentido?

R. No sentido de que, desde crianças, as diferenças são estabelecidas. Se uma pessoa tem um filho homem deveria educá-lo no princípio de que todas as tarefas são divididas. Alguém me disse uma vez: “A paternidade não é o trabalho da mãe”. E isso vale também para qualquer tarefa doméstica, desde limpar a casa a tirar o lixo. Também com os brinquedos, que não se impeça um menino de brincar com bonecas, se é isso o que ele quer. Se você der aos seus filhos, independentemente do gênero, um tratamento neutro, igualitário, eles reproduzem fora de casa essa forma de ser tratados. Os papéis de gênero se interiorizam bem cedo, já aos cinco anos. Lembro da história de uns amigos, um casal de cientistas, que explica bem isso. Sua filha de seis anos, voltando da escola, e dizendo-lhes: “Papai, mamãe, não posso estudar matemática porque não sou um menino”. Isso acontece assim, de repente. Agora essa menina é uma astrofísica. Mas é porque seus pais se sentaram com ela e lhe explicaram que poderia ser o que quisesse.

P. Recentemente, uma pesquisa demonstrou, analisando o código no serviço do Github, que as mulheres são melhor programadoras que os homens. Mas só se ocultassem sua identidade e se o examinador não soubesse que eram mulheres. Se ele soubesse, as notas baixavam.

R. Lembro desse estudo. Foi em fevereiro [de 2016]. Lembro que pensei, ao

lê-lo: “Aí está”. Há mulheres com uma excelente predisposição para programar. Como também há para o jogo de videogame. O problema é que têm de ser muito persistentes por causa da pressão cultural que se exerce paulatinamente. No segundo grau já restam poucas que queiram ser cientistas ou programadoras. Na universidade, ainda menos. Só as mais persistentes chegam até o final. Não estamos falando de um teto de vidro. Falamos de um abismo de vidro. E tanto os homens como as mulheres, mais as mulheres, é verdade, caem nesse abismo. Por exemplo, com a idade. O mundo, e no setor tecnológico isso acontece especialmente, te convence de que se você está acima de uma certa idade já não pode inovar ou aprender coisas novas. Se você for mãe, por exemplo, a sua carreira profissional fica em perigo. Isto, em última análise, faz com que pessoas valiosas abandonem sua carreira para sempre.

P. Expandindo o foco, como a tecnologia pode ajudar os países em vias de desenvolvimento?

R. Acho que há muito o que aprender com todos os países do mundo e pegar exemplos concretos para uma categoria que eu chamaria de inovação reversa. Como tecnólogos, precisamos ter precaução com o tecnocolonialismo e entender as oportunidades e soluções que ocorrem localmente e como estas inovações podem depois se transferir para o restante do mundo.

P. E que tecnologias, especificamente, a senhora vê como vencedoras para essa globalização cuidadosa com o que é local?

R. Talvez esteja influenciada, mas acho que a realidade aumentada/virtual (AR/VR), videogames, design e *blockchain* têm o potencial para fazer deslançar o potencial das economias. Podemos imaginar como aplicar de múltiplas maneiras estas tecnologias na educação, saúde, cidades inteligentes. Um exemplo, o projeto Utopia, que repensa de modo *smart* os subúrbios urbanos. Também teremos de pensar em como introduzir a ética em sistemas automatizados informaticamente.

P. Em resumo, é preciso conseguir que a tecnologia nos ajude a ser mais humanos.

R. Exatamente. E que o mundo tecnológico se nutra de outras perspectivas além das clássicas. Artistas, pessoas de outras raças e culturas, idosos... Novas perspectivas que ajudem a ver as coisas com um olhar fresco. É preciso apostar em equipes multidisciplinares que incluam antropólogos, historiadores, psicólogos e filósofo, bem como programadores e engenheiros. Temos de pressionar para que as empresas assumam esse enfoque empático. Se não o fazem, estou certa de que não sobreviverão ao século XXI.

P. E como os novos paradigmas tecnológicos podem ajudar a conseguir isso?

R. De muitas maneiras. Por exemplo, em Stanford estão estudando o que chamam de *dark data* [dados obscuros]. É um tipo de dados não estruturados que Stanford está estruturando com base em seu sistema *Deep Dive*. Imagine que vocês publiquem uma foto no EL PAÍS e uma máquina comece a questionar coisas como o grupo demográfico ao qual essa imagem está preferencialmente voltada ou os motivos editoriais para publicá-la em tal posição na capa. Ou, aplicado a qualquer cidadão, podem fazer inferências sobre o seu grupo social a partir de suas redes sociais, sobre o tipo de pessoa com a qual você convive, as opiniões que você tem, etc.

Não se deve enfrentar esse poder da tecnologia temendo o Grande Irmão. É preciso usá-lo para nos entendermos melhor e poder fazer deduções que nos ajudem a melhorar. Dou um exemplo muito claro: se você está em uma posição de poder, tende a escolher pessoas que se pareçam com você, que concordem com as suas preferências. Não é algo que você faça nem sequer premeditadamente. Você faz isso inconscientemente. É aí onde você precisa da inteligência artificial para fazer essa inferência por você e fazer com que você reflita sobre os motivos ocultos das decisões que toma.

Ángel Luis Sucasas

Marcha de Mulheres em Washington: resistindo a Trump

A Marcha das Mulheres em Washington é um movimento liderado por mulheres com o intuito de reunir pessoas de todos os gêneros, idades, raças, culturas, afiliações políticas e origens na capital dos EUA no dia 21 de janeiro de 2017 para reafirmar nossa humanidade comum e pronunciar nossa mensagem ousada de resistência e autodeterminação.

[\(http://sxpolitics.org/ - Acesse o site de origem\)](http://sxpolitics.org/)

Reconhecendo que as mulheres têm identidades interseccionais e múltiplas e, portanto, são impactadas por um grande número de questões relativas à justiça social e aos direitos humanos, delineamos uma visão representativa para um governo que se baseia nos princípios de liberdade e justiça para todos/as. Como disse o Dr. M.L King:

“Nossa liberação depende de cada uma de nós. A Marcha das Mulheres em Washington inclui líderes de organizações e comunidades que vêm construindo a base para o progresso social por muitas gerações. Nós acolhemos e agradecemos a vibrante colaboração e honramos o legado dos movimentos anteriores a nós - sufragistas e abolicionistas, o Movimento dos Direitos Civis, o movimento feminista, o Movimento Indígena Americano, Ocupa Wall Street, o movimento pelo Matrimônio Igualitário, o movimento Vidas Negras Importam (Black Lives Matter) e muito outros - e, assim, criamos uma estrutura descentralizada de liderança e definimos como foco uma agenda ambiciosa, fundamental e abrangente”.

#PORQUEMARCHAMOS

Nós somos hoje empoderadas por que, antes nós, líderes revolucionárias abrimos o caminho para que possamos marchar e reconhecer todas que, no mundo inteiro, lutam por nossas liberdades. Honramos essas mulheres e tantas outras. São elas: #PORQUEMARCHAMOS.

Na posse de Trump, o levante das mulheres

Teresa Shook nunca se considerou muito ativista. Quando os resultados da eleição presidencial ficaram claros, a advogada aposentada de cerca de 60 anos perguntou no Facebook: e se as mulheres protestassem em massa em Washington no dia da posse?

[\(O Estado de S. Paulo, 05/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Moradora do Havaí, Teresa criou uma página sobre a manifestação que tinha em mente. No fim daquele dia, 40 mulheres haviam respondido que participariam. Quando Teresa levantou no dia seguinte, o número havia chegado a 10 mil. Agora, mais de 100 mil pessoas já confirmaram participação na manifestação, prevista para ser a maior ligada à posse de Donald Trump e um ponto de aglutinação para ativistas de esquerda que se opõem à agenda do eleito.



Teresa iniciou mobilização em rede social após resultado eleitoral / *Foto: Reuters*

Os organizadores já garantiram a autorização da polícia de Washington para uma reunião de 200 mil pessoas perto do Capitólio no dia 21 e ainda estão correndo atrás de outras autorizações necessárias e do levantamento de US\$ 1 milhão a US\$ 2 milhões para financiar o movimento.

A manifestação tornou-se guarda-chuva para causas liberais que vão dos direitos de imigrantes a protestos contra a morte de afro-americanos pela polícia. Mas em seu cerne está a exigência das mulheres por direitos iguais após uma eleição na qual foi derrotada a democrata Hillary Clinton, primeira mulher candidata à presidência por um grande partido.

“A ideia é deixar claro ao país, em nível local e nacional, que não nos

calaremos nem deixaremos ninguém rebaixar os direitos que lutamos para conquistar”, disse Tamika Mallory, uma das principais organizadoras.

O nome escolhido é Manifestação das Mulheres em Washington, um aceno à marcha de 1963, marco do movimento pelos direitos civis. As participantes parecem menos preocupadas com bastidores políticos do que com a chance de reivindicar mais ações governamentais voltadas para a família e salários iguais para homens e mulheres. Algumas querem apenas se manifestar contra o modo grosseiro com que Trump se refere a mulheres. / TRADUÇÃO DE ROBERTO MUNIZ

THE WASHINGTON POST - Perry Stein e Sandhya Somashekhar

A difícil tarefa de unir homens e feminismo, por Nana Soares

Falar de homens no feminismo é muito complicado. Falar de feminismo para homens, ainda mais. Tratamos os dois como termos opostos e excludentes, como se um jamais pudesse pertencer ao universo do outro. E ao fazermos isso dificultamos a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa para mulheres e homens.

[\(O Estado de S. Paulo, 03/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Pensando nisso, a ONU produziu o documentário “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero”, lançado esta semana. O filme, disponível no Youtube, vem para discutir exatamente como incluir os homens nas conversas pela igualdade e para lembrar como o machismo também os afeta.

Foi uma bola super dentro, uma discussão atualíssima e no tom certo, sem jamais cometer a heresia de dizer que homens e mulheres são afetados pelo

machismo da mesma maneira. Sim, o machismo mata mulheres e mata homens também, os estereótipos aprisionam ambos os gêneros, mas são as mulheres as mais prejudicadas. São as mulheres as violentadas e que precisaram e precisam lutar por direitos básicos já garantidos aos homens há muito tempo. As mulheres são, em geral, as vítimas da violência e os homens os agressores.

Deixando isso muito claro, o filme discute o que a igualdade de gênero traz de benéfico para os homens. Mostra ótimos projetos de reeducação e discussão de masculinidades e seus incríveis resultados. É um documentário muito didático e com grande potencial para atingir em cheio seu público alvo. O filme, parte do projeto “Eles por elas” da ONU, foi acompanhado da divulgação de uma extensa pesquisa sobre o assunto, que pode ser acessada [aqui](#).

Um dos resultados da pesquisa chama muito a atenção: mesmo as pessoas que têm um pensamento menos machista ainda reproduzem em seu dia a dia diversos comportamentos machistas. É um lembrete de que o simples entendimento de que o machismo existe não transforma ninguém em santo ou em alguém livre de comportamentos violentos. É preciso que nos reeduquemos todos os dias, é preciso ir além do discurso e mudar nossas atitudes.

Estamos em um momento de discutir o papel do homem na luta contra a desigualdade de gênero, e por isso o filme é uma contribuição essencial. O mundo é habitado por homens e mulheres e, portanto, qualquer projeto de sociedade deve incluir ambos os lados. Mas não cabe aos homens protagonizar a luta feminista. Não cabe aos perpetradores da violência ditar os rumos de um movimento que pretende acabar com ela.

É um lembrete crucial em um mundo que parabeniza os homens por atos mínimos de decência, como respeitar a negativa de uma mulher em fazer sexo e não assediar mulheres na rua. Um mundo em que bastam pequenos gestos para um homem virar o símbolo da desconstrução e do exemplo a ser seguido. Um mundo que premia o cantor Bono Vox como uma das [Mulheres do Ano](#). Um mundo em que dá mais visibilidade para homens do que para mulheres até quando se trata de combater um sistema que as oprime.

Por isso é tão difícil unir homens e feminismo na mesma frase. Mas não é impossível. O documentário da ONU deixa isso muito claro. E você, homem, tem muito a aprender com ele.

Com apoio da ONU Mulheres, Agência O Globo lança projeto multiplataforma ‘Mulheres - um século de transformações’

Com artigos inéditos, livro aborda temas como a mulher na história, ciência e tecnologia, esporte, poder, diversidade, mercado de trabalho e mais

[\(ONU Mulheres, 29/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As conquistas e transformações na vida das mulheres ao longo das últimas oito décadas são o tema do novo projeto da Agência O Globo. “Mulheres - Um século de transformações” é um projeto multiplataforma que inclui o lançamento de um livro, a realização de uma exposição e dois debates sobre empoderamento feminino. Com patrocínio de Microsoft e Renner, o projeto conta com apoio do GNT e da ONU Mulheres Brasil.

O ciclo de debates contará com dois eventos, realizados na Casa Ipanema, no Rio de Janeiro. No dia 29 de setembro, o tema “Empoderamento Feminino: Um olhar sobre a trajetória da mulher no trabalho e no poder” será discutido pelas palestrantes Schuma Schumacher e Flávia Oliveira, com mediação de Antonia Leite Barbosa. O segundo debate acontece no dia 6 de outubro com o tema “Empoderamento Feminino: Um olhar sobre a trajetória da mulher na moda”. As jornalistas Renata Izaal e Melissa Jannuzi participam, com Antonia na moderação também. Os debates serão abertos somente para convidados.

A exposição que completa o projeto mostra a mulher ao longo das décadas e divide histórias de mulheres influentes que passaram pelas páginas do Globo. Ficará aberta ao público do dia 30 de setembro ao dia 13 de outubro (de segunda a sexta, das 10h às 20h, e aos sábados, das 11h às 18h), na Casa Ipanema.

Já o lançamento do livro acontecerá no dia 13 de outubro na Casa Ipanema, com coquetel e presença de todas as autoras e de mulheres que são personagens de algumas das histórias apresentadas. O evento será aberto ao público. O projeto do livro é uma realização da Agência O Globo em parceria com a Editora Lacre.

O livro “Mulheres - Um século de transformações” reúne textos, fotos e reproduções dos artigos e páginas publicadas nos cadernos femininos de O Globo. Um retrato das mudanças do papel da mulher na sociedade dos anos 30 até hoje. Com artigos inéditos, o livro aborda temas como a mulher na história, ciência e tecnologia, esporte, poder, diversidade, mercado de trabalho, moda e estilo, outras temáticas que influenciaram o progresso e conquistas das mulheres na sociedade. A trajetória repleta de desafios chega à defesa da diversidade no mercado de trabalho - em todas as suas vertentes - e ao aprofundamento da pauta sobre os desejos de liberdade e igualdade.

Os textos são assinados por mulheres como a editora do caderno ELA, Renata Izaal, a colunista Flávia Oliveira, a ativista Schuma Schumacher, a presidente da Microsoft do Brasil, Paula Bellizia, a antropóloga Liliane Brum Ribeiro, a pedagoga Antonia Ceva, a escritora Anna Sharp, a assessora de comunicação da ONU Mulheres Brasil, Isabel Clavelin, a professora e feminista Giovana Xavier e a jornalista Mariana Filgueiras.

Mulheres ganharão tanto quanto

homens, mas só daqui a 136 anos

Levantamento mostra disparidade salarial entre gêneros nos EUA

[\(O Globo, 23/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres de Nova York têm a menor desigualdade salarial de todos os 50 estados americanos e recebem US\$ 0,89 por cada dólar que seus colegas do sexo masculino ganham. Dificilmente isso soará como uma boa notícia — até que se vejam os números de Wyoming. Apelidado de estado Igualitário, cujo lema é “Igualdade de direitos”, Wyoming é um lugar onde ser mulher não compensa muito — na verdade, lá, paga-se às mulheres apenas US\$ 0,64 por cada dólar do salário de um homem, a pior proporção nos EUA. O avanço para reduzir a desigualdade salarial entre os gêneros em todo o país desacelerou desde 2001, de acordo com “The Simple Truth About the Gender Pay Gap”, um relatório publicado pela American Association of University Women (AAUW). Se a mudança persistir nesse ritmo, as mulheres americanas ganharão o mesmo que os homens por volta de 2152.

Ao mesmo tempo, no entanto, a proporção de renda entre homens e mulheres em todo o país foi de 79,6% no ano passado, a menor em dados ajustados à inflação que remontam a 1960. E a perspectiva para a paridade difere drasticamente entre os estados.

Muito se debate sobre como interpretar a desigualdade salarial entre os gêneros. Quem usa como prova de discriminação o tão citado dado estatístico de que nos EUA as mulheres ganham US\$ 0,78 para cada dólar recebido por um homem (o número está mais para US\$ 0,80) não está usando a mesma medida para a comparação, argumentam alguns pesquisadores que citam diferenças na quantidade de horas trabalhadas e na escolha profissional, entre outras.

O ceticismo em relação a esse indicador é válido, diz Catherine Hill, vice-presidente de pesquisa da AAUW. Esse número é abrangente e mistura muitas coisas, como idade e ocupação. Ela afirma que esse número é mais

interessante para evidenciar tendências, como a redução da diferença salarial durante as décadas de 1980 e 1990, “quando as conquistas acadêmicas das mulheres atuaram como um motor”, e a estagnação da linha que marca essa diferença nos últimos 15 anos.

Ao mesmo tempo, no entanto, a proporção de renda entre homens e mulheres em todo o país foi de 79,6% no ano passado, a menor em dados ajustados à inflação que remontam a 1960. E a perspectiva para a paridade difere drasticamente entre os estados.

Muito se debate sobre como interpretar a desigualdade salarial entre os gêneros. Quem usa como prova de discriminação o tão citado dado estatístico de que nos EUA as mulheres ganham US\$ 0,78 para cada dólar recebido por um homem (o número está mais para US\$ 0,80) não está usando a mesma medida para a comparação, argumentam alguns pesquisadores que citam diferenças na quantidade de horas trabalhadas e na escolha profissional, entre outras.

O ceticismo em relação a esse indicador é válido, diz Catherine Hill, vice-presidente de pesquisa da AAUW. Esse número é abrangente e mistura muitas coisas, como idade e ocupação. Ela afirma que esse número é mais interessante para evidenciar tendências, como a redução da diferença salarial durante as décadas de 1980 e 1990, “quando as conquistas acadêmicas das mulheres atuaram como um motor”, e a estagnação da linha que marca essa diferença nos últimos 15 anos.

Ban: “autonomia das mulheres” pode ajudar a alcançar ODSs

Secretário-geral da ONU fez a declaração durante evento de alto nível sobre o assunto organizado pela ONU Mulheres; Ban afirmou acreditar firmemente num planeta com igualdade de gêneros e direitos.

[\(Rádio ONU, 22/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou esta quinta-feira que a “autonomia econômica das mulheres” pode ajudar o mundo a alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, sobre igualdade de gênero.

Ban fez a declaração num painel de alto nível sobre o assunto, realizado paralelamente aos debates da Assembleia Geral.

Planeta 50:50

O chefe das Nações Unidas afirmou “acreditar firmemente num planeta 50:50, com igualdade de direitos entre homens e mulheres”. Segundo ele, uma forma de atingir o ODS 5 é através do empoderamento econômico feminino”.

Ban declarou que desse modo, as mulheres vão ter mais chances de exercer o controle de suas próprias vidas. Ao mesmo tempo, a iniciativa vai beneficiar suas famílias, comunidades e países.

O secretário-geral disse que “espera pelo momento em que todas as sociedades possam colher os benefícios da igualdade de gêneros”.

No início do ano, Ban Ki-moon lançou um painel de 20 especialistas durante o Fórum Econômico Mundial. O objetivo foi iniciar as discussões para reduzir as diferenças econômicas entre homens e mulheres.

O chefe da ONU disse que o painel está progredindo no avanço de “um portfólio de atividades que podem superar as barreiras e promover um investimento frutífero”.

Ele incentivou os integrantes do painel a continuarem cooperando em apoio a Agenda 2030 e para estabelecer uma série de metas para 2020. Ban declarou que dessa forma, será possível medir o avanço para questões de igualdade de gêneros.

Edgard Júnior

“O que a gente precisa é construir pontes para superar a desigualdade”, defende diretor da Anistia Internacional Brasil

O diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque, afirma que já passou da hora de buscar um pacto contra a violência e alerta para o retrocesso na conquista dos direitos

[\(Época, 19/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Ao falar sobre direitos humanos, uma das pedras fundamentais da Anistia Internacional, Atila Roque relembra o comentário do jurista Oscar Vilhena Vieira. “Nós estamos vivendo no Brasil recente uma revolução toquevilleana, que é a revolução da igualdade”, diz. A expressão vem do autor francês Alexis de Tocqueville, cujo livro “A Democracia na América” apontava a “onda irresistível da igualdade” vivida pelos Estados Unidos no século XIX, que iria mudar radicalmente o cenário da sociedade americana. Roque, que é diretor executivo da Anistia no Brasil, enxerga os mesmos paralelos. “Uma vez que você cria o desejo de ter direitos, você pode até retirar esses direitos, mas não vai retirar o desejo. A ideia da igualdade está dada”.

Aos 56 anos (ele completa 57 em novembro), Atila Roque tem sido uma das principais vozes no combate à violência, no abuso contra os direitos humanos. O envolvimento em causas sociais vem de longa data, desde o primeiro emprego no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que abraçou a causa da reforma agrária, passando pelo ActionAid International USA em Washington e pelo Social Watch, até seu próximo desafio. A partir de 9 de janeiro de 2017, Atila Roque será o diretor da

Fundação Ford no Brasil, que combate a desigualdade econômica, política e social.

À frente da Anistia Internacional Brasil, Atila chamou atenção na semana passada para a “oportunidade perdida” nos Jogos Olímpicos Rio 2016. [Um documento da organização apontou o aumento no número de homicídios antes da Olimpíada](#), um cenário muito semelhante ao ocorrido antes da Copa do Mundo em 2014. “Grandes eventos como Olimpíada e Copa seriam grandes oportunidades para aproveitar toda a mobilização de energia, recursos, vontade e fazer as reformas importantes nas áreas críticas”, defende. Segundo ele, a chamada área de segurança do Rio é um local de “promoção de desigualdade e violação de direitos”. No documento apresentado a cidade como candidata a sede dos Jogos, havia a citação ao legado de uma segurança cidadã - voltada para a promoção da paz. “O que nós vimos foi quase uma declaração de guerra às favelas, vimos isso acontecer na Copa e voltamos a ver acontecer na Olimpíada, e resultou num verdadeiro banho de sangue em muitas regiões da cidade. Só que isso ficou mascarado pela força tremenda da propaganda, que só queria apresentar a cidade olímpica como um evento de beleza, enquanto que por detrás nós vimos um aumento significativo no número de pessoas mortas pela polícia”.

Essa divisão no país entre aqueles que têm algo e os que têm muito pouco também se traduz em direitos. Mas é possível que uma onda jovem possa mudar o país e seu abismo de desigualdades. Para Atila Roque, a chegada dos movimentos jovens é vista com otimismo para que o país não passe por um retrocesso. “O risco de se perder algumas das conquistas está sempre presente porque como tudo na sociedade, ele mexe com privilégios”, diz.

O Brasil está pronto para combater a violação aos direitos humanos? O que nos falta?

Eu acredito que as sociedades humanas estão sempre prontas para abraçar valores de defesa à vida e garantia à segurança dos direitos de todas as pessoas. É um princípio fundamental do próprio ideário dos direitos humanos: todos somos iguais. Agora, quando você aterrissa na vida real, tem que reconhecer que cada sociedade traz em sua formação fatores que favorecem ou dificultam a agenda dos direitos humanos. No Brasil, tivemos

historicamente duas situações que marcaram profundamente o desenho institucional, econômico, político e social do país. Estou falando da escravidão e da concentração de terra na mão de poucos. Quando veio a liberação dos escravos, com a abolição em 1888, isso aconteceu sem a distribuição de terra e de riqueza. A nossa sociedade ficou profundamente marcada pela desigualdade.

Os escravos ganharam a liberdade, mas não as condições para que estivessem em um patamar semelhante aos outros.

Exato. A desigualdade é parte constituinte do DNA nacional. A fundação do Brasil como Estado-nação está ancorada na desigualdade, na violência (porque para instaurar essa desigualdade o Estado teve que fazer uso cotidiano da violência) e na discriminação, em particular do racismo contra os negros. E esses fatores não são periféricos, são estruturantes.

Mas isso não quer dizer que porque eles estão na raiz da formação histórica do país que nós não possamos mudar isso, correto?

Quando você olha para o Brasil, nós partimos de um patamar difícil, há um déficit histórico estrutural de direitos, uma vez que o nosso ponto inicial é a desigualdade, a violência e o racismo. É com esses princípios que a gente tem de lidar para não achar que vai resolver tudo como um passe de mágica. Para te responder eu diria a você: nós somos, sim, vocacionados, nós temos todas as chances como país, temos todos os talentos e o conhecimento para superar essa situação de déficit estrutural de direitos. Esse é meu lado otimista. Pensando nos últimos 40, 50 anos, nós demos passos importantes na direção da superação desses problemas. Passamos pela ditadura, tivemos o processo de transição da ditadura à democracia. E ainda que no campo da segurança pública e da violência não há muito a celebrar, em outras áreas a gente pode dizer que hoje o Brasil está muito melhor equipado para afirmar os direitos do que estava há quatro décadas. A própria Constituição brasileira de 1988 foi capaz e incorporar o marco dos direitos humanos na sua amplitude dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais. Então, nessa transição difícil que vivemos como uma sociedade democrática, há algumas conquistas que vale celebrar. Dito isso, não significa que elas estão consolidadas para sempre. Sempre há o risco do retrocesso. O risco de se perder algumas das conquistas está sempre presente porque, como tudo

na sociedade, ele mexe com privilégios.

De que maneira?

Para você fazer avançar a agenda dos direitos significa que alguns têm que ganhar direitos e outros têm que perder privilégios. Porque a desigualdade se sustenta na ideia de que uns merecem mais do que outros. É a cultura da desigualdade, que atribui direitos e deveres diferenciados.

E aí entramos na questão de que uns são mais 'diferenciados' do que outros...

Isso, entramos na questão da Revolução dos Bichos, do George Orwell, em que somos iguais, só que alguns são mais iguais do que outros. E é contra essa cultura que nós estamos nos insurgindo. Quando eu digo nós, eu falo de todos que têm o compromisso de defender os direitos humanos. E, nesse sentido, os últimos anos foram bem interessantes para o Brasil. Ainda que de maneira precária e muito preliminar, houve um avanço na agenda distributiva, ao levar adiante a ideia de que todos têm que ter acesso a uma renda mínima, um patamar mínimo de vida, ter acesso à universidade. Com isso você criou uma expectativa em parcelas enormes da sociedade que antes estavam excluídas de tudo, até do desejo de ter. Essas pessoas hoje têm a expectativa e a ideia de igualdade dentro delas. É dizer “Eu tenho direito a ter direito”. Isso é muito importante e é muito difícil retroceder a partir daí. Uma vez que você cria o desejo de ter direitos, você pode até retirar esses direitos, mas não vai retirar o desejo. O desejo está constituído, a ideia da igualdade está dada. Nós criamos o desejo e a expectativa da igualdade numa sociedade profundamente desigual, numa sociedade em que ainda vale o “Sabe com quem está falando?”, “Eu sou melhor do que você”, em que um entra pela porta de serviço, outro pela porta social. E aí quando você olha para as diferentes áreas das políticas públicas, isso aparece claramente. É o acesso à escola, a discussão sobre renda e tributação, em que as pessoas mais pobres acabam pagando mais imposto. É nessa sociedade que a agenda dos direitos humanos, a agenda por igualdade, está lutando para ampliar o seu espaço.

A Receita Federal liberou há alguns anos dados que apontavam essa discrepância de que o brasileiro que ganha menos, paga mais

imposto.

Pensa o que é que é o sistema tributário brasileiro senão a reafirmação da desigualdade? Quanto mais pobre, mais proporcionalmente você paga de imposto. Quanto mais rico, quanto mais riqueza você tem, menos você paga. Inclusive em relação a transferência dessa riqueza. A taxa sobre herança é muito baixa. Esse é um tema central sobre reforma tributária que a gente não consegue sequer começar a discutir. Virou natural que os pobres paguem mais impostos. Boa parte do Estado é financiada pelos mais pobres, não é pelos mais ricos.

Só que nas discussões em vários grupos e nas redes sociais, o que se diz é o contrário. Já ouvi muita gente dizer “Estou pagando para as pessoas terem filhos”. É possível começar a mudar essa percepção?

Existe uma disponibilidade para mudar, ainda que se manifeste de forma desigual e distorcida. Apesar de o Brasil ser tão desigual, violento e discriminador, ao mesmo tempo você tem um país com muita condição de construção de laços de solidariedade, de compaixão e de empatia. O caminho está por um lado no campo da imaginação, da cultura e da educação, é você reforçar esses valores, reforçar a ideia de que todos somos iguais. Todos deveríamos ter acesso aos bens que garantam uma vida de qualidade. Isso é um lado. O outro é fortalecer a ideia do protagonismo, de que as pessoas sejam cada vez mais agentes ativos da construção de suas vidas. E aí me traz muita esperança olhar a vontade de participação das populações de periferia, da juventude das favelas, que têm chamado cada vez mais para si o direito de levar suas lutas e exigir seus direitos. A mesma coisa eu poderia dizer em relação à renovação do movimento de mulheres, com a incorporação de toda uma geração de meninas que ressignificaram a própria ideia do feminismo. Elas fizeram isso de uma maneira fantástica ao renovar sua mensagem, a capacidade de diálogo com setores mais amplos da sociedade, sem jogar fora o aprendizado e a experiência de suas mães e avós, as lutas históricas do feminismo. Essa movimentação incorpora as agendas recentes das mulheres negras, das mulheres trans, das prostitutas, com discussões que antes não apareciam com força no feminismo histórico. Acho que isso ajuda a trazer esperança de que, sim é possível avançar essa agenda da igualdade, o sentimento mais ou menos adormecido de solidariedade, a consciência de o meu direito nunca vai estar plenamente contemplado enquanto tiver uma

pessoa ao meu lado, uma pessoa no mundo em que eu vivo, com seu direito violado. E no nosso país, ainda temos um déficit gigantesco quando se fala em direitos. Quando você olha para a agenda da violência, da segurança pública, dos homicídios, são áreas em que a distância a percorrer ainda é muito grande. São áreas muito duras, a resistência é muito maior e toca em preconceitos muito arraigados.

Olhando as pesquisas eleitorais, a questão da segurança sempre aparece no topo das aspirações dos eleitores. Tenho a impressão que existe um abismo enorme em relação ao que a população enxerga como segurança e o que os candidatos entendem e como pensam em cuidar dessa questão, se forem eleitos. O discurso do “bandido bom é bandido morto” tem se propagado nas campanhas e nas redes, sem o menor pudor.

É perfeitamente compreensível e legítimo que o tema da segurança apareça com tanta força nas pesquisas. A segurança é um anseio natural de todas as pessoas que estão no mundo. Todos querem ter a possibilidade de desenvolver o seu potencial, sem serem constrangidos por nenhum tipo de risco à vida, à sua integridade física e à sua possibilidade de viver em um determinado lugar de forma plena. Segurança é um direito fundamental - não importa onde você viva, a cor da sua pele ou a idade. O que acontece quando isso é apropriado pelo discurso político ou mesmo pelas políticas do Estado é que esse anseio legítimo é reduzido a uma questão de polícia. E ao ser reduzido a uma questão policial, ele acaba sendo submetido ao marco de como a polícia é tratada no Brasil. Ela é orientada para a repressão dos pobres, dos pretos, dos jovens da favela. É uma polícia altamente seletiva, militarizada e violenta, que acaba gerando mais insegurança. Esse encolhimento explica, em parte, a constante frustração que acomete as pessoas, que vivem entre querer mais segurança e não ter seu anseio reconhecido, e o discurso demagógico que oferece soluções simplistas e equivocadas que acabam agravando a insegurança. A resposta, para eles, é flexibilizar o Estatuto do Desarmamento, armar a população, armar ainda mais a polícia, há até uma discussão para armar a Guarda Civil Municipal (GCM). Na verdade, esses exemplos todos são formas de agravar e não diminuir a violência. Nós deveríamos estar discutindo menos armas na mão da população. E refletir sobre o lugar da polícia e o uso da força. Ao focar em

uma perspectiva militarizada, você deixa de lado todo o potencial de integração das diferentes instâncias do Estado, de uso inteligente da repressão, que não seja aumentando a violência.

Quais seriam as alternativas para mudar esse perfil militarizado e, ao mesmo tempo, garantindo a segurança da população?

O policiamento ostensivo, em grande medida, poderia ser desarmado, desde que você fizesse um uso tecnológico e de unidades especializadas para aquelas situações raras em que o uso da força se faz necessário. Você precisa ter unidades de resposta rápida localizadas em algum dos pontos da cidade que, se convocadas, podem chegar em 5, 10 minutos ao local da ocorrência. Você não precisa ter todo mundo armado. Para quê? Para sacar e atirar no menino que rouba celular e sai correndo? Não adianta. O policial desarmado e treinado ao ver alguém roubando um celular, por exemplo, pode acionar pelo smartphone ou pelo rádio o outro policial desarmado que está na esquina seguinte, e que rapidamente poderá intervir. A arma na mão desse policial não vai ajudar em nada, só vai aumentar o risco para todos os envolvidos.

Há pouco você disse que a polícia é altamente seletiva. Nessa lógica militarizada, que se aplica nas UPPs e na periferia de São Paulo, podemos entender que na “guerra” contra a violência, a polícia tem um alvo?

A polícia adota uma lógica da guerra, do confronto e da eliminação de um suposto inimigo. Só que esse inimigo em geral tem perfil territorial, ele tem um perfil de cor, raça e de sexo. O que nós estamos dizendo é que algumas pessoas são matáveis. Quem são essas pessoas: mais de 50% são jovens, e dentre esses, mais de 80% são negros e pardos. É uma tragédia. Pense nesse universo de mais de 30 mil jovens que morrem todos os anos, é como se nós derrubássemos um desses aviões que faz a ponte aérea Rio-São Paulo a cada dois dias - cheio de jovens. É isso que está acontecendo diante dos nossos olhos. E uma parte grande dessas mortes é causada por policiais.

No documento entregue pela Anistia às autoridades do Rio, os dados de homicídios levantados apontam que uma em cada cinco mortes envolveu policiais, não é isso?

No Rio de Janeiro, é isso. Um a cada cinco homicídios foi causado por policiais em serviço e em situações que foram consideradas legítimas. Na verdade, o número é maior do que isso.

Em São Paulo, aponta-se que os números de homicídios foram subestimados.

É uma questão fundamental, estamos falando da vida de uma parcela enorme da nossa juventude que está sendo desperdiçada de maneira bruta, gerando uma dor incomensurável em familiares, mães, irmãs e amigos. Comunidades inteiras estão vendo sua perspectiva de desenvolvimento local e promoção econômica comprometidos por essa violência. Então isso tudo deveria ser objeto não só de uma política de Estado de longo prazo, de promoção do desenvolvimento pessoal, é disso que a gente fala, a segurança vista como uma política pública integrada com outras políticas, não apenas uma questão de polícia e de guerra, mas mais do que isso, como uma questão emergencial porque é preciso interromper esse ciclo de morte. Nós precisamos de um plano, de um pacto nacional com metas de redução de homicídios. Isso é possível? Sim. A Colômbia é um exemplo. Num curto espaço de tempo, um país recortado por uma quantidade enorme de conflitos conseguiu se transformar ao tornar essa agenda uma prioridade do Estado. Mas é preciso querer. É preciso que a sociedade e o Estado acordem para essa realidade, já passou da hora.

A sociedade tem se mostrado muito indiferente às denúncias de violência?

Tudo isso que está acontecendo tem um grande grau de consentimento da sociedade. A sociedade está olhando para o outro lado. Uma vez eu me referi à questão como uma espécie de “epidemia de indiferença”. E quando digo sociedade, não é somente o cidadão comum, mas também as pessoas que têm influência na sociedade. Nós hoje estamos no patamar de quase 60 mil homicídios por ano. No Brasil, morre-se o mesmo tanto que se registrou em todos os anos da Guerra do Vietnã. E aí eu pergunto: mas como isso pode acontecer justamente nos 30 anos em que a gente mais avançou em conquistas sociais, redução do déficit de desigualdade, maior oferta em saúde e educação? Por que isso não escandaliza a sociedade? Por que isso não vira uma prioridade efetiva do Estado? Por que é que isso ainda não

virou um pacto nacional pela redução dos homicídios? Nós tentamos em vários momentos, com governos diferentes, e agora de novo com o atual governo, sem sucesso. Isso não é prioridade. Prioridade é armar mais a polícia, aumentar o patamar da repressão. Essa é uma pergunta que toda a imprensa, todos os órgãos públicos, todas as pessoas de influência deveriam estar colocando em debate. Assim como, em um certo momento da história do país, fizemos essa pergunta em relação à fome. Não vamos esquecer que em meados da década de 1990, depois do Movimento Pró-Ético na Política, o Betinho de Souza, irmão do Henfil, fez a pergunta fundamental: “Por que as pessoas vão dormir todo dia com fome?” E aí se fez aquela belíssima movimentação nacional que acabou agendando o tema da fome e da miséria absoluta como prioridade nacional. E daí vieram todas as coisas que conhecemos, desde os projetos de Fernando Henrique, associando inclusão e educação, até o Fome Zero e o Bolsa Família dos governos Lula e Dilma. Mas foi preciso uma enorme mobilização da mídia e da sociedade para colocar a agenda de que ter 30 milhões de pessoas com fome não é admissível, vamos enfrentar isso. E nós temos a mesma situação com homicídios. Temos uma epidemia de homicídios e de indiferença.

Em um momento político como o que estamos atravessando, não corremos o risco de que essa discussão vá parar novamente no fim da fila?

Sim, na medida em que você adota uma perspectiva redutora de direitos, que foca em uma política social muito excludente e ajuste fiscal que não leva em conta o padrão desigual em relação a quem acessa serviço de bens e direitos. É muito preocupante e acho que isso vai gerar mobilização por parte de alguns setores brasileiros. E não está só se falando na redução de direitos, já está se implementando.

É quase como se nós estivéssemos em um daqueles jogos de tabuleiro, você volta três casas e avança uma...

Nós já voltamos algumas casas. A questão é saber em que momento e como a sociedade vai reagir e colocar essa discussão na agenda pública. Nós estamos vivendo um momento em que o Estado brasileiro tem um baixo padrão de legitimidade e representação. As pessoas não se reconhecem nele. Não se reconhecem no Congresso porque o Congresso hoje é composto

fundamentalmente por uma população que não retrata aqueles que deveria representar. É um Congresso masculino, branco, de pessoas ricas. Temos um governo federal com baixa legitimidade, porque é um governo que não foi eleito. Ele se constituiu após o processo de impeachment, que é uma ruptura. E em situações como essa temos o momento ideal para o avanço das forças do atraso. É nessas horas que a vanguarda do atraso progride, vamos dizer assim, porque ela tem poder e encontra brechas, controla todos os recursos, sempre foi assim na história do Brasil. Ao tentar fazer retroceder aquele movimento pela igualdade, isso vai causar tensão.

E isso acaba se traduzindo que nos protestos aos quais estamos assistindo. Na sua visão, os governos têm feito uso da chamada força excessiva ao contrário do que dizem? Creio que em uma outra entrevista, você chegou a dizer que mesmo que os protestos fossem mais violentos, coisa que não está acontecendo, a reação do sistema de segurança ainda assim deveria ser diferente.

A polícia tem agido como um fator provocador da violência. Essa é a verdade, é isso que nós temos documentado e visto acontecer nos protestos. A polícia não atua como processo de pacificação, como fator garantidor da segurança de todos que querem protestar. Agora, mesmo naquela situação que eventualmente justificaria algum grau de repressão, para garantir o direito de todos a protestar, a polícia deveria fazer uso de forma gradual, cuidadosa e focalizada, muito ao contrário do que temos visto. A polícia parte do ponto de que aquele protesto tem que ser desmontado e já faz uso da força com o grau máximo. O famoso uso gradual da força é um conceito que parece ter sido riscado do manual das polícias no Brasil, em particular de São Paulo e no Rio de Janeiro.

Olhando para o lado positivo e pensando no protagonismo jovem que você citou há pouco, o que falta para que esse movimento ganhe uma escala realmente nacional e que, juntamente com instituições mais tradicionais, possa ajudar a reverter essa situação e dar espaço a uma nova maneira de ver as coisas, uma maneira diferente de pensar o Brasil?

Nós temos que fortalecer na sociedade a disposição para que essas vozes sejam ouvidas na sua diversidade. Isso vale para o Estado, mas vale também

para a sociedade. Nós precisamos aprimorar nossas habilidades, como sociedade, como instituição, de escuta. O Congresso e o Estado, em grande medida, têm se feito de surdos a essas demandas e na sociedade, infelizmente, prolifera muitas vezes as falas autocentradas, pessoas que olham somente para o lugar onde vivem - sem escutar os demais. Isso acaba fortalecendo o preconceito, fundamentalismo, polarizações. O direito fundamental à fala, à manifestação, ao protesto, à liberdade de expressão são a base de um ambiente mais propício à escuta e, portanto, ao avanço de agendas e acordos. O que a gente precisa é construir pontes na sociedade em torno dos acordos básicos para superar a desigualdade, lutar juntos contra a violência, diminuir esse patamar absurdo de homicídios, garantir que todos os direitos das pessoas sejam ampliados e não reduzidos. Levantar as cortinas de fumaça que impedem as pessoas de olhar para o que realmente importa, como os 60 mil homicídios por ano. Mas para criar esses acordos que vão além das particularidades, é importante criar canais para que as pessoas possam falar e se escutar.

Ou seja, estamos falando de um país com mais direitos, talvez mais deveres, e certamente muito menos privilégios.

A ideia da cidadania é um compromisso de todos com todos. O meu direito está ligado ao direito da outra pessoa, portanto ele vem acompanhado de deveres. Não essa visão moralista de deveres, mas uma coisa mais lúdica. O meu destino está intrinsecamente ligado ao destino do outro. E o nosso destino como sociedade só vai avançar se a gente superar as desigualdades, a violência e o racismo.

Soraia Yoshida